



A TAP E O VERDADEIRO INTERESSE NACIONAL

É com satisfação reforçada que o SINTAC assiste ao desenrolar do processo jurídico movido contra a privatização da TAP SGPS e a consequente suspensão da mesma, e é com a mesma satisfação que transcrevemos comunicação da **Associação Peço a Palavra**, Associação essa que teve origem no Movimento “**Não TAP os olhos**” que sempre contou com o SINTAC:

“Vem a Associação Peço a Palavra informar que foi aceite pelo Supremo Tribunal Administrativo uma providência cautelar intentada contra o Decreto-lei 181-a/2015 de 24 de Dezembro, que aprovou o processo de reprivatização da TAP, devido ao mesmo não prever a abertura dum concurso público para a contratação de duas entidades independentes para a avaliação económico-financeira da TAP.

Ao não prever a abertura do dito concurso público, contende o Decreto-lei 181-a/2015 com a Lei-Quadro das Privatizações e com a Constituição da República Portuguesa, enfermando o mesmo dum vício de ilegalidade qualificada e de um vício de constitucionalidade grave.

Assim, e nos termos da Lei, está suspenso o processo de reprivatização da TAP, estando o Governo e a PARPÚBLICA, proibidos de continuar com o dito processo de reprivatização.

A Associação Peço a Palavra

3 de Junho de 2015”

Ao **SINTAC**, e a par de duas outras Organizações Sindicais, coube e bem, ao longo desta longa batalha contra uma atitude irreflectida e danosa, intentada à TAP SGPS, uma postura de verticalidade e rectidão nos valores defendidos, sejam eles os de interesse nacional e/ou laboral. A privatização com que a TAP SGPS se confronta, a ser efectuada, representará uma perda devastadora para o País no seu todo, afectando todo um ramo de actividade, que não trará nenhum benefício, nem sequer para o ramo do turismo como é arvorado.

No entanto este Governo, como já nos habituou, não sabe lidar bem, nem com a Lei nem com a Constituição da Republica Portuguesa, nem sabe governar sem ser num acto de destruição e de afronta. No caso TAP, para além dos não fundamentos constantes e contradições, a cada passo é invocado o “interesse nacional” e espera-se agora o “interesse publico”, (**tantos títulos de “interesse” em vender...**). Só não vê quem anda cego ou subvertido a interesses (estes sim) de terceiros (também os há e já tivemos provas disso desde a anunciada reprivatização).

Assim, é no entender do **SINTAC**, necessário que os trabalhadores façam a sua quota-parte na defesa da TAP SGPS enquanto grupo coeso. É necessário que os trabalhadores respondam às solicitações futuras na defesa do **verdadeiro interesse nacional** e recordar aos ainda não sindicalizados que é tempo de corrigir a situação e passarem a fazer parte do que usufruem, pois não será o Governo que os vai defender, nem hoje, nem no futuro.

CONTAMOS CONTIGO NO SINTAC

www.sintac.pt

A Direcção